

As monjas de Arouca e os monarcas de Avis (1385-1438): uma investigação em curso

BRUNA MARGARIDA GONÇALVES SANTOS

Faculdade de Letras Universidade de Coimbra, (FLUC)

DOI: <https://doi.org/10.21747/978-989-9193-68-0/inc13a6>

Sumário

Este estudo enquadra-se no projeto de dissertação de Mestrado em História da Idade Média que pretende observar o padrão de recrutamento das monjas do Mosteiro de Arouca à luz de uma nova conjuntura política que se instaurou no reino de Portugal, com a ascensão de uma nova dinastia: a de Avis. Através de uma análise de carácter prosopográfico, privilegiar-se-á a relação entre a comunidade conventual e o poder régio, durante os reinados de D. João I (1385-1433) e D. Duarte (1433-1438). A influência que este mosteiro tinha, à época, era imensa, em virtude da inserção neste cenóbio das mais importantes e influentes famílias nobres portuguesas. Propomos, por isso, estudar a trajetória dessas monjas, privilegiando a sua relação com as respetivas famílias e com os mencionados monarcas.

Palavras-chave: Mosteiro de Arouca; Nobreza; Prosopografia; Poder régio.

Abstract

This study is incorporated within the dissertation project of the master's program in Medieval History, aiming to observe the recruitment pattern of the nuns of the Convent of Arouca in the light of a new political context that emerged in the Kingdom of Portugal with the rise of a new dynasty: the Avis. Through a prosopographic analysis, the focus will be on the relationship between this community of nuns and the royal power, during the reigns of João I (1385-1433) and Duarte (1433-1438). The influence that this nunnery had at the time was immense, due to the inclusion of the most important and influential noble Portuguese families. Therefore, we propose to study the trajectory of these nuns, favouring their relationship with their families and with the aforementioned monarchs.

Keywords: Convent of Arouca; Nobility; Prosopography; Royal power.

1. Tema, problemas, objetivos, cronologia e espaço

O projeto de dissertação de mestrado¹ que aqui se discute pretende enquadrar o Mosteiro de Arouca nas alterações, essencialmente políticas e sociais, que resultaram da crise sucessória de 1383-1385 e do advento da dinastia de Avis.

O interesse régio numa das principais casas monásticas femininas portuguesas era bem anterior. Com D. Dinis fica evidente o reforço do poder régio, que passava, também, pelo controlo das sedes episcopais, das ordens militares e dos principais mosteiros. O Mosteiro de Arouca não constitui uma exceção, o que claramente se verifica ao longo do século XIV: para além de ter albergado algumas das mulheres mais importantes de Portugal, serviu de palco à afirmação e à ascensão de algumas das famílias nobres medievais. Deste modo, um dos principais objetivos deste estudo é identificar e perceber quem eram as mulheres que ingressaram no Mosteiro de Arouca depois de 1385 e que disputaram o seu governo: estariam ligadas a famílias nobres que ascenderam socialmente com a subida do novo monarca ao trono, ou manter-se-iam associadas às mesmas famílias que aí se documentam desde o tempo de D. Fernando? A sua identificação e a perceção de uma alteração (ou não) do padrão de recrutamento das monjas de Arouca são aspetos que ajudarão não só a entender as ligações familiares que existem entre si, mas também a caracterizar a sua influência junto dos reis D. João I e D. Duarte, ou vice-versa.

Na verdade, estes monarcas, concretizando uma estratégia de reforço do poder régio, procuravam garantir que quem dirigia as grandes instituições religiosas eram pessoas da sua mais alta confiança. Para o caso particular do Mosteiro de Arouca, esta sua ação era especialmente visível na eleição das suas abadessas. As intrigas que marcavam esta escolha afetavam a comunidade, sendo notória a constituição de verdadeiros partidos de monjas que pretendiam, por um lado, reforçar o seu poder e prestígio, como também os das suas famílias. Tais disputas envolviam, muitas vezes, pessoas exteriores à comunidade, como candidatas de outras casas monásticas que esgrimiam argumentos e trocavam acusações com as candidatas internas, expondo as fragilidades das suas opositoras nomeadamente ao nível da sua conduta pessoal, ou os familiares de algumas candidatas que pretendiam impor a sua eleição através do uso da força armada, ou ainda do próprio monarca, que, valendo-se do seu poder, procurava também interferir nessa escolha.

¹ Corresponde à dissertação de Mestrado em História da Idade Média, inscrita na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e orientada pela Professora Doutora Maria Helena da Cruz Coelho, pelo Professor Doutor Saul António Gomes e pelo Professor Doutor Luís Miguel Rêpas.

A cronologia definida para este estudo compreende-se facilmente. Com o fim de uma dinastia e a emergência de uma nova, o reino fica mergulhado em diversas vicissitudes que moldaram os poderes vigentes. Este novo período político abre-se, assim, a algumas ruturas. O Mosteiro de Arouca não saiu incólume, tornando-se imprescindível o seu estudo. O ano de 1385 marcou o início do reinado português mais longo, tendo o monarca sido apoiado, em alguns momentos, pelo seu filho e sucessor, aquele que viria a ser o titular de um dos reinados mais curtos, terminado em 1438. D. João I e D. Duarte foram dois reis que se focaram na legitimação de uma dinastia nascida da ilegitimidade, apoiando-se mutuamente. A quantidade de documentação que compõe este período tornou impossível a continuação deste estudo para o reinado seguinte, de D. Afonso V, também ele bastante longo e com as suas especificidades. Deste modo, esta linha cronológica prossegue a dos estudos de Luís Miguel Rêpas, sobretudo na sua tese de Doutoramento², sobrepondo-se à cronologia de Rafael Vigário³, contudo com diferentes vertentes e perspetivas de análise.

Geograficamente, apesar do Mosteiro de Arouca ser o centro deste estudo, a análise estender-se-á um pouco por todo o reino, em função do padrão de recrutamento daquela casa monástica, procurando identificar as famílias da nobreza a que as monjas de Arouca pertenciam e articulando-as com os círculos régios. No entanto, não se localizam apenas no reino português os acontecimentos que moldaram esta dissertação. O nascimento de uma nova dinastia em Portugal não fez cessar os conflitos com Castela, estando a paz na Península Ibérica ameaçada. Muitas famílias nobres portuguesas aproveitaram esta situação para elevar os seus interesses e escolher o lado mais apetecido. A precária posição de D. João I não ajudou nesta situação, pelo contrário, acentuou-a. A aliança com Inglaterra trouxe algum conforto a este pequeno e instável reino, sempre com os interesses patentes na Guerra dos Cem Anos a espreitar. A fragilidade da Igreja também contribuiu para um agudizar das tensões que se viviam na Europa, desde logo marcada pelo Cisma: D. Fernando, em função dos seus interesses e do contexto político e militar, ora optou pelo papa de Avinhão, ora pelo papa de Roma. D. João I, pelo contrário, escolheu manter-se fiel ao papa de Roma, o que lhe garantia alguma estabilidade. Assim, apesar do Mosteiro de

² Luís Miguel Rêpas, “Esposas de Cristo. As comunidades cistercienses femininas na Idade Média” (Tese de Doutoramento, Universidade de Coimbra, 2021). O seu estudo aborda os mosteiros cistercienses femininos até 1385.

³ Rafael Vigário, “O Mosteiro de Arouca no Século XV (1400-1437). A Comunidade e o Património” (Dissertação de Mestrado, Universidade de Coimbra, 2007). Esta dissertação de mestrado foca-se em três abadesados, o de D. Leonor Anes Buval, o de D. Beatriz Anes de Almeida e o de D. Teresa de Ataíde.

Arouca se localizar num pequeno território de Portugal, não pode ser estudado de uma forma isolada, devendo, antes pelo contrário, até pela sua importância, ser integrado nas grandes questões que então pautavam a vida política, social e religiosa do reino e que poderiam influenciar o percurso da sua comunidade e das famílias das suas monjas, especialmente junto dos reis.

2. Enquadramento historiográfico

Com o início da nova dinastia de Avis, houve necessidade de consolidar este novo poder que repousava sobre um homem com nascimento ilegítimo. Para isso, assiste-se a um aumento da concentração do poder no rei, tendência que se havia verificado em reinados anteriores e que remontava, ainda que com momentos de interrupção, ao primeiro quartel do século XIII. Para verificarmos estas mutações entre os vários reinados, utilizámos como pontos de referência historiográfica as biografias de D. Fernando⁴, D. João I⁵ e D. Duarte⁶. Em todas elas são debatidos os problemas e as circunstâncias com que estes monarcas se depararam, bem como as famílias nobres que se encontravam ao seu lado⁷. Esta influência por parte da nobreza terá repercussões na entrada das monjas nos vários mosteiros espalhados pelo país, especialmente no Mosteiro de Arouca, altamente elitista⁸.

Para o estudo da nobreza e das suas ligações ao Mosteiro de Arouca foram usados vários trabalhos. Desde logo, a obra de Rita Costa Gomes, *A Corte dos Reis de Portugal no Final da Idade Média*⁹, onde se identificam os membros das casas dos reis e das rainhas e se analisa a sua evolução na cronologia que mais nos interessa. Em concordância com esta lógica, destacamos aqui os trabalhos realizados por Luís Miguel

⁴ Rita Costa Gomes, *D. Fernando* (Lisboa: Círculo de Leitores, 2012).

⁵ Maria Helena da Cruz Coelho, *D. João I* (Lisboa: Temas e Debates, 2022).

⁶ Luís Miguel Duarte, *D. Duarte* (Lisboa: Temas e Debates, 2023).

⁷ Os reis não eram os únicos rodeados pelo grupo social da nobreza, pois as rainhas, através da constituição da sua Casa, possuíam os seus próprios criados e oficiais, que assim ganhavam poder e notoriedade, não só para si, mas igualmente para a sua família. Neste âmbito, destacamos a ação das rainhas D. Leonor Teles, D. Filipa de Lencastre e D. Leonor de Aragão, cujas biografias destacamos em: Isabel de Pina Baleiras, *Uma rainha inesperada – Leonor Teles* (Lisboa: Círculo de Leitores, 2012); Manuela Santos Silva, *A rainha inglesa de Portugal – Filipa de Lencastre* (Lisboa: Círculo de Leitores, 2012); Ana Maria Rodrigues, *As tristes rainhas – Leonor de Aragão e Isabel de Coimbra* (Lisboa: Temas e Debates, 2013).

⁸ A partir da adoção da Ordem de Cister em Arouca, impulsionada pela reforma de D. Mafalda, filha de D. Sancho I, este mosteiro passou a ser frequentado pelas elites nobiliárquicas, aumentando, assim, o seu domínio, prestígio e riqueza. Durante largos séculos se manteve assim. Maria Helena da Cruz Coelho, Rui Cunha Martins, “O monaquismo feminino cisterciense e a nobreza medieval portuguesa (séculos XIII-XIV)”, *Theologica*, II^a série, vol. XXVIII, fasc. 2 (1993): 481-506.

⁹ Rita Costa Gomes, *A Corte dos Reis de Portugal no Final da Idade Média* (Lisboa: Difel, 1995).

Rêpas. No artigo “As abadessas cistercienses na Idade Média: identificação, caracterização e estatuto de trajetórias individuais ou familiares”¹⁰, o autor traça com linhas claras a vida das mulheres da aristocracia em meio monástico, bem como a influência que algumas famílias possuíam, seja dentro da comunidade monástica, ou junto à Corte, apoiando-se em diversos exemplos. Na sua tese de Doutorado, Luís Miguel Rêpas desenvolve com mais pormenor estes casos, expandindo-os para todos os mosteiros cistercienses femininos medievais portugueses¹¹. Por seu turno, também Miguel Aguiar, na sua tese de doutoramento, *Aristocracia, parentesco e reprodução social em Portugal no final da Idade Média*¹², traduz as ligações de parentesco entre a aristocracia medieval portuguesa, incorporando na sua investigação uma densa rede de vínculos genealógicos¹³.

No que diz respeito ao enquadramento historiográfico deste estudo, terminamos com uma última parte referente aos trabalhos previamente desenvolvidos sobre o mosteiro arouquense, em que destacamos os de Maria Helena da Cruz Coelho, que estudou, num primeiro momento, a sua comunidade até à adoção da observância cisterciense¹⁴, focando, depois, a sua atenção na figura de D. Mafalda e na sua importância para a promoção do mosteiro e da terra de Arouca¹⁵. De acordo com uma linha cronológica dos acontecimentos no próprio Mosteiro de Arouca, seguem-se três dissertações de mestrado: a de Luís Miguel Rêpas, que se focou no abadessado de D. Luca Rodrigues de Valadares (1286-1299)¹⁶, a de Dina de Sousa de Almeida, que abordou os abadessados de D. Teresa Rodrigues de Briteiros (1300-1302) e D. Maria Esteves da Teixeira (1303-1317)¹⁷, e, por último, a de Rafael Marques Vigário, com os

¹⁰ Luís Miguel Rêpas, “As abadessas cistercienses na Idade Média: identificação, caracterização e estatuto de trajetórias individuais ou familiares”, *Lusitania Sacra*, 2.^a série, tomo XVII (2005): 63-91.

¹¹ Luís Miguel Rêpas, “Esposas de Cristo. As comunidades cistercienses femininas na Idade Média” (Tese de Doutorado, Universidade de Coimbra, 2021).

¹² Miguel Aguiar, “Aristocracia, parentesco e reprodução social em Portugal no final da Idade Média” (Tese de Doutorado, Universidade do Porto, 2021).

¹³ Neste quadro, destacamos ainda o estudo de: José Augusto de Sottomayor Pizarro, *Linhagens medievais portuguesas - genealogias e estratégias (1279-1325)*, 3 vols. (Porto: Centro de Estudos de Genealogia, Heráldica e História da Família da Universidade Moderna, 1999).

¹⁴ Maria Helena da Cruz Coelho, *O Mosteiro de Arouca - do século X ao século XIII* (Arouca: Câmara Municipal de Arouca – Real Irmandade da Rainha Santa Mafalda, 1988).

¹⁵ Maria Helena da Cruz Coelho, *Arouca. Uma Terra, um Mosteiro, uma Santa* (Arouca: Real Irmandade da Rainha Santa Mafalda – Museu de Arte Sacra de Arouca, 2005).

¹⁶ Luís Miguel Rêpas, *Quando a Nobreza Traja de Branco. A comunidade cisterciense de Arouca durante o abadessado de D. Luca Rodrigues (1286-1299)* (Leiria: Magno Edições, 2003).

¹⁷ Dina Carla Ferreira de Sousa de Almeida, “O Mosteiro Cisterciense de Arouca. Comunidade de Património (1300-1317)” (Dissertação de Mestrado, Universidade de Coimbra, 2003).

abadessados de D. Leonor Anes Buval (1400-1420), D. Beatriz Anes de Almeida (1421-1428) e D. Teresa de Ataíde (1430-1437)¹⁸.

3. Fontes

As fontes que estamos a utilizar para a realização deste estudo são de natureza variada. Primeiramente, destacamos a documentação inédita que se encontra no fundo arquivístico do Mosteiro de Arouca, conservado na Torre do Tombo, que ajudará na identificação das monjas arouquenses e na compreensão da vida em comunidade¹⁹. Para o período em análise, e respeitante ao mesmo fundo, Rafael Vigário transcreveu, quase na totalidade, a documentação que se encontra entre os anos de 1400 e 1437, a qual também consultaremos²⁰.

De modo a compreender a atuação régia no mosteiro, bem como a interação das famílias das monjas com os monarcas e restantes membros da família real, utilizámos, essencialmente, as Chancelarias de D. João I²¹ e D. Duarte²², publicadas pelo Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa. Para este último parâmetro, consultámos igualmente as crónicas, em particular a *Crónica de D. João I* redigida por Fernão Lopes²³, bem como a *Crónica da Tomada de Ceuta*, de Gomes Eanes de Zurara²⁴, e a *Crónica de D. Duarte*, da autoria de Rui de Pina²⁵.

Os livros de linhagens são outra fonte que permite traçar o quadro genealógico das mais importantes famílias nobres portuguesas, destacando-se, por razões

¹⁸ Rafael Vigário, “O Mosteiro de Arouca no Século XV (1400-1437). A Comunidade e o Património” (Dissertação de Mestrado, Universidade de Coimbra, 2007).

¹⁹ Considera-se inédita ou por trabalhar de uma forma sistemática a documentação que se encontra no Arquivo Nacional Torre do Tombo compreendida entre os anos de 1385 a 1400.

²⁰ Rafael Vigário, “O Mosteiro de Arouca no Século XV (1400-1437). A Comunidade e o Património” (Dissertação de Mestrado, Universidade de Coimbra, 2007).

²¹ *Chancelarias Portuguesas. D. João I*, ed. João José Alves Dias, 5 vols. (em 13 tomos) (Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 2004-2023).

²² *Chancelarias Portuguesas. D. Duarte*, ed. João José Alves Dias, 3 vols. (em 4 tomos) (Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 1998-2002).

²³ Fernão Lopes, *Crónica del Rei Dom Joham I*, ed. Anselmo Braamcamp Freire e William Entwistle, 2 vols. (Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1977).

²⁴ Gomes Eanes de Zurara, *Crónica da Tomada de Ceuta por El Rei D. João I*, ed. Francisco Maria Esteves Pereira (Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1915).

²⁵ Rui de Pina, *Crónica do Rei D. Duarte*, ed. António Borges Coelho (Lisboa: Editorial Presença, 1966).

cronológicas, o *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*²⁶ e o *Livro de Linhagens de Portugal* de Damião de Góis²⁷.

Relativamente à atuação do rei e de algumas famílias de monjas junto da cúria papal, de modo a fazerem prevalecer os seus interesses respeitantes ao governo do Mosteiro de Arouca, recorremos à *Monumenta Portugaliae Vaticana*²⁸ e às cartas de Gomes Eanes, abade de um mosteiro beneditino em Florença, bastante influente junto do rei D. Duarte, publicadas por Rita Costa Gomes²⁹.

4. Metodologia

A partir da documentação (inérita e publicada) relativa ao Mosteiro de Arouca, estamos a fazer o estudo prosopográfico das suas monjas para a cronologia compreendida entre 1385 e 1438. Esta recolha de dados implicou a leitura e, muitas vezes, a transcrição paleográfica da documentação respeitante ao acervo documental do Mosteiro de Arouca que se conserva na Torre do Tombo, sobretudo para os anos de 1385 a 1400.

Subsequentemente, analisaram-se as crónicas de Fernão Lopes, Gomes Eanes de Zurara e Rui de Pina que abrangem os reinados em estudo, D. João I e D. Duarte³⁰. Não só nos fornecem o plano da atuação de cada monarca, como identificam membros de várias famílias nobres e as suas relações entre si. Deste modo, no fim desta leitura, procedeu-se à recolha dos nomes dos membros das famílias ligadas às monjas em Arouca. Este mesmo processo foi adotado durante a análise das chancelarias portuguesas dos mesmos reis³¹, em que foi possível reunir 275 membros das seguintes famílias: Almeida, Alvarenga, Ataíde, Avelar, Azevedo, Brandão, Briteiros, Buval, Cabral, Castro, Churrichão, Lobo, Magalhães, Ornelas, Outiz, Paiva, Pereira, Pinto, Portocarreiro, Rebelo, Sobrado, Sousa, Vale, Vasconcelos e Velho. O tratamento desta informação seguiu por base o método prosopográfico.

²⁶ *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, ed. José Mattoso, in *Portugaliae Monumenta Historica. Nova Série*, vol. II (Tomo I e II) (Lisboa: Academia das Ciências, 1980).

²⁷ Damião de Góis, *Livro de Linhagens de Portugal*, ed. António Maria Falcão Pestana de Vasconcelos (Lisboa: Instituto Português de Heráldica, 2014).

²⁸ *Monumenta Portugaliae Vaticana*, ed. António Domingos de Sousa Costa, 4 vols. (Braga: Editorial Franciscana, 1968-1982).

²⁹ Rita Costa Gomes, *A Portuguese Abbot in Renaissance Florence. The letter collection of Gomes Eanes (1415-1463)* (Florence: Leo S. Olschki Editore, 2017).

³⁰ Vejam-se as notas nº 23, 24 e 25.

³¹ Vejam-se as notas nº 21 e 22.

Feita esta recolha, traçámos a genealogia de cada uma destas famílias, cruzando referências com a bibliografia que íamos analisando. Ao mesmo tempo que o fazíamos, tentámos apurar quais dos seus membros se encontravam a favor do Mestre de Avis ou a favor de Castela e quais mudaram, entretanto, a sua posição, consoante os seus próprios interesses. Para isso, tentámos estabelecer qual a sua relação com a casa real, fosse com a do rei, ou a da rainha, igualmente importante para a ascensão social de muitas famílias. Aí conseguimos entender se as monjas que se encontravam em Arouca pertenciam a famílias com uma estreita relação com a Corte, ou não, e como essa mesma relação pode ter afetado a vida desta comunidade.

Numa fase mais recente, encontramos-nos a analisar a *Monumenta Portugaliae Vaticana* e a correspondência trocada com o abade de Florença, Gomes Eanes, que permitem a compreensão das relações do mosteiro, de algumas famílias mais destacadas e do próprio rei com o Sumo Pontífice.

5. Estrutura provisória do trabalho final

A estrutura escolhida para abordar este tema começará com um primeiro capítulo dedicado ao enquadramento político do Portugal medievo, no final do século XIV, partindo dos antecedentes que levaram à ascensão da dinastia de Avis, até ao papel de D. João I na consolidação deste novo poder. Novas estratégias foram adotadas, a par desta metamorfose política, desde logo no seio dos que se tentavam aproximar do poder real: a nobreza. Este grupo social não sairá incólume: alguns dos seus membros refugiar-se-ão no reino vizinho, Castela, protegidos por aquele que consideravam o legítimo rei de Portugal, enquanto outros procurarão o seu favorecimento junto do recente “Messias”. Dada a importância da nobreza na comunidade de Arouca, pelo menos desde o segundo quartel do século XIII, esta constituirá o foco principal deste capítulo.

Após uma primeira parte de contextualização, segue-se o segundo capítulo, dedicado à comunidade arouquense, em que se pretende, através de um estudo prosopográfico, identificar as monjas que aí se encontravam no período em apreço (1385-1438), bem como o padrão de recrutamento das mesmas, comparando-o com os 50 anos anteriores³². Só assim se poderá ter uma visão alargada desta comunidade e da

³² Previamente estudados por Luís Miguel Rêpas na sua tese de doutoramento: Luís Miguel Rêpas, “Esposas de Cristo. As comunidades cistercienses femininas na Idade Média” (Tese de Doutoramento, Universidade de Coimbra, 2021).

influência (ou não) das suas famílias neste importantíssimo cenóbio feminino medieval.

O último capítulo centrar-se-á na intervenção régia em Arouca, através da perceção das interações dos monarcas D. João I e do seu filho, D. Duarte, com o mosteiro. Estas suas ações serão abordadas no sentido de compreender a sua interferência nas eleições das abadessas, usando, para tal, monjas de algumas famílias nobres que se encontravam no seu *entourage*. O poder do rei e a sua capacidade de intervir nas mais poderosas instituições portuguesas não são aspetos de todo despidiendos e serão debatidos neste terceiro capítulo, com foco no mosteiro cisterciense de Arouca.

6. Dados semi-tratados, hipóteses ou conclusões provisórias

Sendo este um estudo que se encontra em estágio de desenvolvimento, não poderemos reunir neste texto um conjunto alargado de conclusões, mas antes de hipóteses que nos encontramos a analisar.

Relativamente à ação dos monarcas D. João I e D. Duarte, reparamos que se revelaram protetores dos privilégios e da segurança do Mosteiro de Arouca durante os seus reinados. D. João I, que contou com um reinado bastante mais longo em comparação com o do seu filho (D. Duarte apenas governou enquanto rei durante 5 anos), confirmou, na qualidade de soberano, privilégios que os seus antecessores tinham concedido ao dito cenóbio³³, o que nos demonstra uma preocupação deste mesmo monarca em proteger esta comunidade monástica e em manter com ela boas relações. Favoreceu ainda, pontualmente, certas monjas, com algumas cartas de privilégio. Autorizou igualmente a realização de uma feira, todas as terças-feiras, no arrabalde e na praça do Mosteiro de Arouca, dinamizando, assim, as trocas comerciais da região³⁴. Por seu turno, D. Duarte toma este cenóbio, bem como a sua comunidade e os seus bens, sob sua guarda e proteção, aplicando penas aos infratores³⁵.

A ação deste último rei não fica, porém, por aqui. Com a morte da abadessa D. Teresa de Ataíde, em 1437, o cargo de liderança de Arouca ficava livre e pronto a ser

³³ *Chancelarias Portuguesas. D. João I*, ed. João José Alves Dias (Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 2004-2023), vol. I, t. 2, docs. 696; vol. II, t. 2, doc. 689.

³⁴ *Chancelarias Portuguesas. D. João I*, ed. João José Alves Dias (Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 2004-2023), vol. II, t. 2, doc. 832.

³⁵ *Chancelarias Portuguesas. D. Duarte*, ed. João José Alves Dias (Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 1998-2002), vol. I, t. 1, doc. 304.

ocupado, surgindo, assim, três fortes candidatas: D. Leonor Pereira, D. Isabel de Ataíde (ou de Castro) e D. Beatriz de Vilhena, o que resultou em três partidos distintos, cada um com os seus apoiantes, todos de enorme peso político e social, tendo a comunidade ficado bastante dividida³⁶. A correspondência trocada com o abade de Florença, Gomes Eanes, e as súplicas dirigidas ao Sumo Pontífice comprovam estas dissidências. D. Duarte, num primeiro momento, e a rainha sua esposa, num momento posterior, considerando que este mosteiro era o principal do reino e que, por ser tão importante, a escolha da abadessa devia ser feita com o consentimento dos reis, anteciparam-se, solicitando a Gomes Eanes que garantisse que o papa não confirmasse ninguém no cargo sem a aprovação régia e apoiaram deliberadamente a escolha de D. Beatriz de Vilhena, por a considerar “persoa pertencente pera o manter e retomar a seu boo estado”³⁷. Por seu turno, a condessa Guiomar de Castro tentou também, através do mesmo abade, fazer da sua filha, D. Isabel de Ataíde (ou de Castro), abadessa de Arouca³⁸. Note-se que o pai desta candidata, Álvaro Gonçalves de Ataíde³⁹, foi governador da Casa do Infante D. Pedro, duque de Coimbra, participou na conquista de Ceuta, integrando o contingente dirigido por este Infante, mais tarde foi aio do jovem rei D. Afonso V, e a sua mãe, Guiomar de Castro, foi aia da Infanta D. Leonor, irmã de Afonso V⁴⁰.

Também importante era a terceira candidata, Leonor Pereira, filha ilegítima de João Álvares Pereira (um fidalgo da casa de D. João I, que fora senhor da Terra de Santa Maria da Feira), que se perfilava numa linha de sucessão tia-sobrinha, contando com várias abadessas ao longo de sucessivas gerações (era sobrinha da abadessa Leonor Anes Buval, por sua vez sobrinha da abadessa Maria Lourenço Buval, ou de Portocarreiro), e que já havia participado (e sido vencida) numas eleições anteriores (1420-1422). Nessa altura, o pai de Leonor Pereira foi, aliás, acusado de, com muitos outros cavaleiros fortemente armados, ter ameaçado a comunidade e de ter afastado

³⁶ Rafael Vigário dá-nos conta do começo desta dissidência dentro da comunidade: Rafael Vigário, “O Mosteiro de Arouca no Século XV (1400-1437). A Comunidade e o Património” (Dissertação de Mestrado, Universidade de Coimbra, 2007), 46.

³⁷ Rita Costa Gomes, *A Portuguese Abbot in Renaissance Florence. The letter collection of Gomes Eanes (1415-1463)* (Florence: Leo S. Olschki Editore, 2017), 258-361.

³⁸ Rita Costa Gomes, *A Portuguese Abbot in Renaissance Florence. The letter collection of Gomes Eanes (1415-1463)* (Florence: Leo S. Olschki Editore, 2017), 369-370.

³⁹ Arquivo Nacional da Torre do Tombo (A.N.T.T.), Ordem de Cister, Mosteiro de Arouca, gaveta 7, maço 9, n.º 23.

⁴⁰ Humberto Baquero Moreno, *A Batalha de Alfarrobeira. Antecedentes e significado histórico*, vol. II (Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, 1980), 720-726.

Beatriz Anes de Almeida do cargo de abadessa, por força e medo, colocando a sua filha Leonor no seu lugar⁴¹.

Como podemos verificar, as ligações familiares das monjas de Arouca eram bastante fortes e poderiam claramente influenciar a ocupação dos seus mais altos cargos. Estas famílias nobres detinham, na maioria das vezes⁴², laços bastante estreitos com a família real ou com instituições de poder no reino⁴³.

⁴¹ *Monumenta Portugaliae Vaticana*, ed. António Domingos de Sousa Costa (Braga: Editorial Franciscana, 1982), vol. III/2, doc. 559.

⁴² Neste momento encontramos-nos a analisar com pormenor as relações destas famílias com a própria família real.

⁴³ Caso da família dos Avelar, em que, para o período de 1390-1400, foi eleita como abadessa Leonor Vasques do Avelar que era sobrinha do antigo mestre da Ordem de Avis, Martim do Avelar, e do copeiro da rainha D. Beatriz, Lourenço Martins do Avelar, e, ainda, meia-irmã de Maria Lourenço de Portocarreiro, também ela abadessa de Arouca entre 1365 e 1388. Logo, esta era uma família que começou a exercer a sua influência junto dos círculos régios, especialmente desde D. Afonso IV.